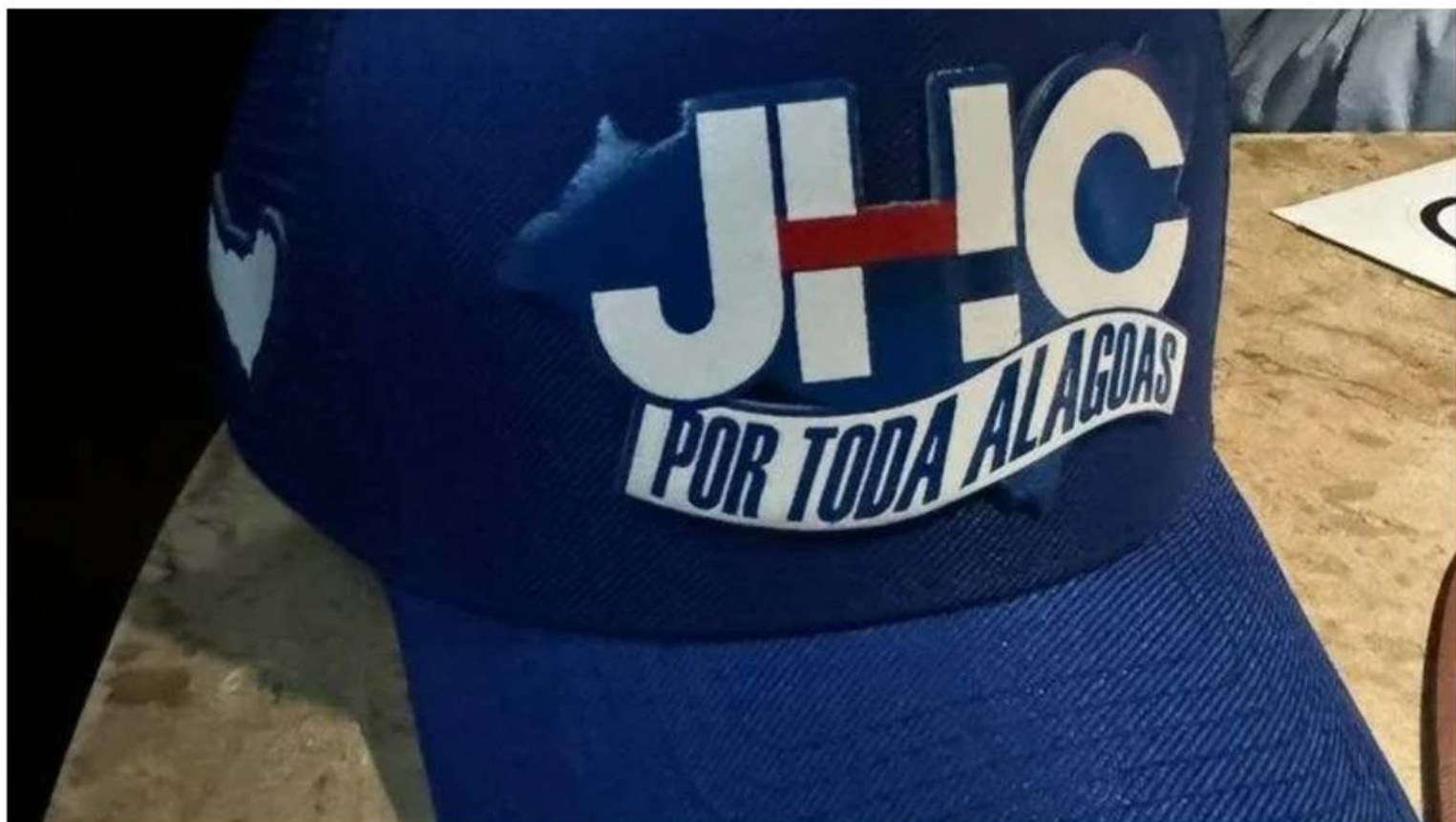




SEU BOLSO

Cesta básica pode variar mais de R\$ 100 em Maceió, aponta pesquisa do Procon

PROPAGANDA ANTECIPADA – Justiça Eleitoral manda suspender perfis ligados à venda de bonés e camisas com referência a JHC



OPOSIÇÃO

Alfredo Gaspar critica ligação de Lula com Deolane após prisão da influenciadora



DISPUTA

Marcha dos Prefeitos vira palco de articulações políticas de Renan, Renan Filho e Arthur Lira em Brasília



LEGISLATIVO

Comissão da Câmara de Maceió aprova parecer favorável a programa de educação profissional nas escolas



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



ENTIDADE REPRESENTATIVA

Os conselheiros tutelares evangélicos do estado de Alagoas se organizaram e fundaram a União dos Conselheiros Tutelares Evangélicos do Estado de Alagoas (UCTEAL). A entidade representa a classe evangélica e busca unir todos os conselheiros que professam a fé cristã protestante.

NOVAS OPORTUNIDADES

O Governo de Alagoas publicou no Diário Oficial do Estado (DOE) o edital do novo concurso público para o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBM/AL), com oferta de 344 vagas entre oportunidades imediatas e cadastro de reserva para os cursos de formação de oficiais e praças. A seleção será organizada pelo Cebraspe e prevê salários que variam de R\$ 2,3 mil a R\$ 11,5 mil, a depender do cargo e da etapa da formação.

DIRETORIA REELEITA

A Federação Alagoana de Futebol (FAF) elegeu a nova diretoria executiva que comandará a entidade máxima do futebol alagoano no quadriênio 2027/2031. A eleição aconteceu no auditório Lauthenay Perdigão, no estádio Rei Pelé, no bairro do Trapiche da Barra.

LOTE DISPONÍVEL

A Receita Federal abre a consulta ao primeiro lote da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2026. A expectativa do Fisco é de que 8,75 milhões de contribuintes estejam incluídos. O valor total, que deverá ser liberado no próximo dia 29, pode chegar a R\$ 16 bilhões.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:

REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmir Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa Silveira de Mendonça Fragoço,

filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudou-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômica da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional.

Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



IMPOSTO DE RENDA 2026 - Prazo Final Se Aproxima e Especialistas Alertam para Erros Comuns na Declaração de Investimentos

O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2026, referente ao ano-base de 2025, se encerra nesta sexta-feira, dia 29. Até agora, cerca de 23,5 milhões de contribuintes já realizaram a entrega do documento, enquanto a Receita Federal estima que o total deverá chegar a 44 milhões de declarações neste ano. Uma dúvida frequente entre os declarantes diz respeito à maneira correta de incluir os investimentos na declaração. Para ajudar nesse processo, diversos especialistas oferecem orientações valiosas.

Para acertar na hora de declarar, é crucial que os investidores estejam cientes de que precisam realizar a declaração caso tenham obtido rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.584 em 2025. Além disso, aqueles que receberam rendimentos isentos ou sujeitos à tributação exclusiva que ultrapassaram R\$ 200 mil também estão obrigados a declarar. Outro ponto importante é que ganhos de capital advindos da venda de bens, operações em bolsa ou outros investimentos que

totalizam mais de R\$ 40 mil no ano também exigem a entrega da declaração. Por fim, os investidores que possuem um patrimônio acima de R\$ 800 mil em 31 de dezembro de 2025 também devem prestar contas ao fisco.

Felipe de Deus, superintendente jurídico da B3, destaca que o maior erro cometido pelos declarantes é a omissão de investimentos e rendimentos. Ele alerta para a importância de conferir os documentos fornecidos por bancos e corretoras, garantindo que todos os investimentos estejam corretamente incluídos na ficha "Bens e Direitos". Uma crença equivocada muito comum é a ideia de que os investimentos de renda fixa, que já sofreram a retenção de imposto na fonte, não precisam ser declarados. Mesmo que o imposto tenha sido descontado, é fundamental declarar esses valores para evitar problemas com a Receita.

Além disso, na hora de declarar os rendimentos, é preciso atentar-se às diferenças entre rendimentos tributáveis e isentos. Rendimentos que já sofreram

imposto na fonte devem ser incluídos em uma ficha específica, que não afeta o cálculo do imposto devido. Entre eles estão os rendimentos de CDBs, títulos do Tesouro Direto e juros sobre o capital próprio de ações.

Os rendimentos isentos, por sua vez, incluem os ganhos provenientes de Letras de Crédito (LCIs e LCAs), dividendos de ações, e rendimentos da caderneta de poupança. É importante também que os investidores não alterem o valor dos ativos a partir de variações de mercado. O valor declarado deve ser o que foi originalmente investido, independentemente da cotação atual.

Caso haja omissões ou informações incorretas na declaração, as penalidades podem ser severas, podendo chegar a multas de até 300% do valor que foi indevidamente reduzido. Portanto, a precisão na entrega do Imposto de Renda é fundamental não apenas para a conformidade com a legislação, mas também para evitar complicações futuras com o fisco.

PROPAGANDA ANTECIPADA

Justiça Eleitoral manda suspender perfis ligados à venda de bonés e camisas com referência a JHC

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) determinou a suspensão de dois perfis nas redes sociais ligados à venda de materiais com referência ao número 45 e ao ex-prefeito de Maceió e pré-candidato ao governo de Alagoas, João Henrique Holanda Caldas. A decisão foi proferida nesta quinta-feira (21) pelo desembargador eleitoral Leo Dennisson Bezerra de Almeida, em ação movida pelo MDB.

Os perfis atingidos pela decisão são @lojinha45_jhc_marina e @lojinha45jhc dosertao, utilizados

para comercialização de bonés, camisas e outros itens associados ao número 45, legenda historicamente ligada ao PSDB.

Na ação, o MDB alegou prática de propaganda eleitoral antecipada, sustentando que os materiais divulgados faziam associação direta entre o número de urna e a imagem política de JHC.

Ao analisar o pedido, o magistrado entendeu que o uso do número eleitoral aliado à identidade visual ligada ao pré-candidato pode caracterizar

comunicação eleitoral antecipada, ainda fora do período permitido pela legislação.

“O perigo de dano também se encontra presente, pois a manutenção de perfis dessa natureza em ambiente digital permite a continuidade da exposição pública, a replicação do conteúdo e a ampliação do alcance da mensagem”, destacou o desembargador na decisão.

Além da retirada dos perfis do ar, o magistrado autorizou o envio de ofício ao Instagram e à Meta para identificação dos

responsáveis pelas contas e fornecimento de dados cadastrais vinculados aos perfis investigados.

Por outro lado, a Justiça Eleitoral negou, neste momento, o pedido para proibir a venda dos produtos. Segundo a decisão, ainda não existem provas suficientes que demonstrem distribuição gratuita de material, financiamento irregular de pré-campanha ou participação direta de candidato e partido na comercialização dos itens.

POLÍTICA

Prefeito de Santana do Mundaú lidera comitiva em Brasília em busca de recursos e parcerias na XXVII Marcha dos Prefeitos

Na última semana, Brasília foi o epicentro das discussões municipais no país, recebendo a XXVII Marcha dos Prefeitos, um evento de grande relevância para as gestões locais. Entre os representantes presentes estava o prefeito de Santana do Mundaú, André Castro, que liderou uma comitiva composta por diversas autoridades do município. Ao seu lado estavam o vice-prefeito Nego das Brenhas, o secretário de Governo Arthur Freitas, e o presidente da Câmara, Genor Alves. A equipe ainda contava com os vereadores Egberto Batista, Otávio Marques, Alex

Freire, Juarez Salustiano, Profª Simone, Kelly Correia e Chamego França, além da secretária de Assistência Social, Katherine Farias.

Durante a marcha, o grupo teve a oportunidade de se reunir com membros da bancada federal alagoana, incluindo deputados e senadores que representam os interesses do estado. André Castro enfatizou a importância dessas interações. Ele destacou que “essa agenda é essencial para fortalecermos o diálogo entre o nosso município, o Governo Federal e a bancada de Alagoas”, enfatizando que os encontros foram marcados por discussões produtivas e a busca por avanços que beneficiarão Santana do Mundaú no futuro.

Os compromissos assumidos durante o evento refletem a necessidade de um fortalecimento das relações entre as cidades brasileiras e o governo central, especialmente em um contexto onde as questões de gestão municipal exigem uma atenção constante

e o apoio de instâncias superiores. O prefeito de Santana do Mundaú demonstrou otimismo ao afirmar que “muitas conquistas estão sendo construídas para o futuro” de sua cidade, detalhando que as pautas discutidas envolveram desde investimentos em infraestrutura até políticas sociais que visam melhorar a qualidade de vida da população local.

Essas iniciativas são um passo importante para que os municípios possam avançar em seus projetos e atender às demandas das suas comunidades. A presença de autoridades locais em encontros desse porte não só amplia as possibilidades de parcerias mas também potencializa a defesa de pautas específicas que atendam às particularidades de cada região. A participação de André Castro e sua comitiva, assim, representa um esforço coletivo pela renovação do compromisso com os cidadãos de Santana do Mundaú, em busca de um futuro mais promissor e sustentável.

OPOSIÇÃO

Alfredo Gaspar critica ligação de Lula com Deolane após prisão da influenciadora

O deputado federal Alfredo Gaspar criticou publicamente a relação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a influenciadora Deolane Bezerra, presa nesta quinta-feira (21) durante operação que investiga lavagem de dinheiro ligada ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

A declaração foi feita nas redes sociais do parlamentar alagoano, que é apontado como pré-candidato ao Senado em 2026. Na publicação, Alfredo Gaspar afirmou que a prisão de Deolane representa um exemplo da

"proximidade do crime organizado com a República".

"Amiga e apoiadora de Lula é presa por envolvimento com o PCC. Olha a proximidade do crime organizado com a República. A prisão de Deolane Bezerra escancara a incoerência de quem vive defendendo bandido", escreveu o deputado.

A influenciadora foi alvo da Operação Vêrnix, que apura suposto esquema de lavagem de dinheiro ligado à facção criminosa PCC. A ação também teve como alvo Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como

Marcola, apontado como líder nacional da organização criminosa.

Na publicação, Alfredo Gaspar compartilhou vídeos antigos de Deolane Bezerra, incluindo uma gravação em que a influenciadora afirma gostar de "advogar para bandido". O parlamentar também reproduziu imagens de um encontro entre Deolane e Lula, divulgado anteriormente nas redes sociais da influenciadora.

Após a prisão, a advogada Daniele Bezerra saiu em defesa da irmã e criticou a condução do caso. Em nota publicada nas redes

sociais, ela afirmou que a influenciadora estaria sendo alvo de perseguição e condenação antecipada pela opinião pública.

"Acusar é fácil. Difícil é provar. No Brasil, infelizmente, muitas vezes primeiro se expõe, se destrói a imagem e se condena perante a opinião pública para só depois buscar provas", declarou.

Daniele Bezerra também afirmou confiar na Justiça e no direito de defesa da influenciadora, criticando o uso de prisões como instrumento de pressão ou espetáculo midiático.

DE OLHO

Ministério Público de Alagoas Investiga Câmara Municipal de Messias por Irregularidades e Omissões em Acesso à Informação e Danos Ambientais

O Ministério Público de Alagoas (MP-AL) deu início a um Procedimento Administrativo visando investigar supostas irregularidades na Câmara Municipal de Messias. A informação foi divulgada na edição mais recente do Diário Oficial do órgão, nesta quinta-feira (21), e a condução do caso ficará a cargo da 5ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

O desdobramento da investigação foi provocado pela notificação de uma Notícia de Fato encaminhada pela 2ª Promotoria de Justiça

de Rio Largo. Entre as questões que serão analisadas estão a suspeita de omissão institucional por parte do Legislativo municipal, possíveis infrações à Lei de Acesso à Informação (LAI) e práticas que possam ter gerado danos ao meio ambiente.

Até o momento, o MP-AL já realizou diligências preliminares que fazem parte da fase inicial da investigação. Uma das ações tomadas incluiu o envio de um ofício à presidência da Câmara de Messias, com o objetivo de obter documentos e informações que possam esclarecer as suspeitas levantadas.

No entanto, conforme informações fornecidas pela promotoria, o prazo estabelecido para que a Câmara Municipal apresentasse uma resposta expirou sem que houvesse qualquer manifestação. Essa falta de comunicação gerou uma nova movimentação por

parte do Ministério Público, que decidiu reenviar a solicitação ao Legislativo, fixando um novo prazo para o cumprimento das exigências.

A portaria que regula essas ações também destaca as possíveis consequências legais que poderão ser enfrentadas caso haja novo descumprimento. Tal situação pode engendrar responsabilidades que vão desde aspectos administrativos até implicações civis e penais para os envolvidos no caso.

Atualmente, a investigação segue em curso sob a supervisão da 5ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, que continuará acompanhando de perto o desenrolar dos fatos e a resposta do Legislativo municipal. Com esse movimento, o Ministério Público reafirma seu compromisso em zelar pela transparência e pela legalidade das ações dos órgãos públicos.

DISPUTA

Marcha dos Prefeitos vira palco de articulações políticas de Renan, Renan Filho e Arthur Lira em Brasília

A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada nesta semana no Distrito Federal, se transformou em espaço estratégico para articulações políticas envolvendo lideranças alagoanas com foco nas eleições de 2026. O senador Renan Filho (MDB), apontado como pré-candidato ao Governo de Alagoas, o senador Renan Calheiros (MDB) e o deputado federal Arthur Lira (PP) aproveitaram a presença de prefeitos de todo o país para ampliar bases políticas e fortalecer alianças com gestores municipais.

Nos bastidores, a movimentação dos três líderes durante o evento foi interpretada como um gesto claro de pré-campanha. A Marcha dos Prefeitos reúne milhares de representantes municipais e é considerada uma das principais oportunidades

de articulação política nacional, especialmente pela influência eleitoral que prefeitos exercem em suas cidades.

Renan Filho intensificou o diálogo com gestores alagoanos e destacou a importância do municipalismo na construção de políticas públicas. Ex-prefeito de Murici por dois mandatos, o senador afirmou que a escuta dos prefeitos é fundamental para impulsionar áreas como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento regional.

“Conheço de perto os desafios enfrentados pelos prefeitos e sei o quanto esse diálogo é decisivo. É nos municípios que a vida acontece, e ouvir quem está na linha de frente faz toda diferença para que Alagoas continue avançando”, afirmou.

O senador Renan Calheiros também

utilizou as redes sociais para reforçar a aproximação com prefeitos alagoanos presentes em Brasília. Segundo ele, o encontro serviu para renovar parcerias e discutir demandas dos municípios.

“Quem conhece Alagoas de verdade sabe que cada município tem seus desafios, suas urgências e, principalmente, sua gente. E é ouvindo cada prefeito que seguimos trabalhando para ajudar o nosso estado a crescer sem deixar ninguém para trás”, declarou o parlamentar.

Já o deputado federal Arthur Lira, cotado para disputar uma vaga no Senado em 2026, manteve uma agenda intensa de reuniões com prefeitos ao longo da semana. O parlamentar atuou na interlocução de demandas municipais, discutindo investimentos

e obras para cidades alagoanas.

Durante a Marcha, Lira buscou reforçar sua imagem de articulador político com forte influência em Brasília, ampliando o diálogo com lideranças locais e fortalecendo sua base de apoio no interior do estado.

“Seguiremos trabalhando pelos municípios de Alagoas, ouvindo os prefeitos, buscando soluções e garantindo que os investimentos continuem chegando na ponta, melhorando a vida das pessoas”, afirmou Arthur Lira.

A presença simultânea de Renan Filho, Renan Calheiros e Arthur Lira no evento reforçou a antecipação dos movimentos políticos para a disputa eleitoral de 2026 em Alagoas, com foco direto na consolidação de apoios municipais.

LEGISLATIVO

Comissão da Câmara de Maceió aprova parecer favorável a programa de educação profissional nas escolas

A Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte da Câmara Municipal de Maceió aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 43/2026, que cria o Programa Municipal de Educação Profissional nas escolas públicas da rede municipal de ensino da capital. A proposta é de autoria do vereador David Empregos AL e recebeu parecer do vereador Leonardo Dias, relator da matéria.

Segundo o relatório apresentado pela comissão, o

projeto tem como objetivo implantar ações de educação profissional nas unidades de ensino do município, buscando ampliar oportunidades de qualificação para estudantes da rede pública.

Durante a análise, a comissão destacou a relevância da proposta para o desenvolvimento educacional, cultural e social de Maceió. O parecer ressalta ainda que o tema está diretamente relacionado às competências da Comissão

de Educação, Cultura, Turismo e Esporte, previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

O relator Leonardo Dias emitiu parecer favorável à matéria após avaliar os documentos anexados ao processo legislativo. No voto, o parlamentar defendeu a aprovação do projeto em razão da importância da iniciativa para a sociedade maceioense e da consonância da proposta com os objetivos institucionais do Legislativo municipal.

O parecer favorável também recebeu os votos dos vereadores Jeannyne Beltrão e Jônatas Omena, integrantes da comissão.

Com a aprovação no colegiado, o Projeto de Lei nº 43/2026 segue agora para tramitação nas demais etapas do processo legislativo até ser submetido à votação em plenário da Câmara Municipal de Maceió.

VIOLÊNCIA

Justiça suspende julgamento de acusado de matar esposa em São José da Tapera

O julgamento de Leandro Pinheiro Barros, acusado de matar a esposa Mônica Gomes Cavalcante Alves, de 26 anos, foi suspenso e não deve mais ocorrer, por enquanto, em Arapiraca. O Tribunal do Júri, que estava previsto para o dia 18 de agosto, foi retirado da pauta após a defesa do réu apresentar um recurso de apelação no processo.

A decisão foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico desta quinta-feira (21) e assinada pelo juiz Rômulo

Vasconcelos de Albuquerque, da 5ª Vara Criminal de Arapiraca.

Segundo o magistrado, a transferência do caso para Arapiraca ocorreu exclusivamente para a realização da sessão do júri popular, em razão da grande repercussão do crime. Com isso, questões processuais relacionadas ao andamento da ação, como o recurso apresentado pela defesa, devem ser analisadas pela Vara do Único Ofício de São José da Tapera, onde o feminicídio aconteceu e onde o processo teve início.

Na decisão, o juiz ressaltou que a 5ª Vara Criminal de Arapiraca não possui competência para analisar outros pedidos do processo além da realização do julgamento popular.

Com a apresentação do recurso, os autos retornarão temporariamente para São José da Tapera até a análise da nova

após essa tramitação o caso poderá voltar à fase de preparação para o júri.

O feminicídio de Mônica Gomes Cavalcante Alves ocorreu em junho de 2023 e teve grande repercussão em Alagoas. A jovem foi morta a tiros em via pública e teve o corpo abandonado em frente ao fórum de São José da Tapera.

Antes do crime, Mônica gravou vídeos relatando viver um relacionamento abusivo, marcado por agressões físicas e psicológicas. Nas imagens, ela afirmou que tentava se esconder do companheiro e declarou que, caso aparecesse morta, o responsável seria o marido.

De acordo com as investigações, o casal havia participado de uma festa no dia do crime. Após uma discussão, Leandro Pinheiro teria ido até a residência onde moravam, buscado uma arma de fogo e retornado para atirar contra a esposa.



AMARELINHA 2 NÃO DÁ PRA ES

Acesse agora. Veículo
o licenciamento. 

detran.al.gov.br

O pagamento da Amarelinha é obrigatório e **SÓ É REALIZADO** através do **site oficial: detran.al.gov.br**

É só entrar, baixar a guia e pagar. **O Detran-AL não envia boleto.**

Ah, e quando estiver por lá, aproveite e emita também sua guia do **IPVA**.

Assim, você resolve tudo de uma só vez. Cuidado com golpes, **boleto só no site.**

025. JÁ PAGOU? QUECER.

legal só com



DETRAN·AL

Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas



Trabalho e ❤️

SEU BOLSO

Cesta básica pode variar mais de R\$ 100 em Maceió, aponta pesquisa do Procon

Consumidores de Maceió podem pagar até R\$ 104 a mais pela mesma cesta básica dependendo do estabelecimento escolhido para as compras. É o que aponta pesquisa divulgada pelo Procon Maceió após levantamento realizado nos dias 19 e 20 de maio em supermercados, hipermercados e atacarejos da capital.

Segundo os dados, o valor total dos 17 itens pesquisados variou entre R\$ 133,14 e R\$ 237,40, evidenciando uma diferença expressiva nos preços praticados pelos estabelecimentos analisados.

Entre os produtos com maior oscilação de preços está a margarina de 250 gramas, encontrada de R\$ 2,79 a R\$ 15,99. A manteiga de 200 gramas também apresentou forte variação, com preços entre R\$ 4,98 e R\$ 20,99.

A carne bovina do tipo músculo foi outro item que chamou atenção no levantamento. O produto foi comercializado entre R\$ 33,99 e R\$ 64,90 o quilo, enquanto a bandeja de ovos com 30 unidades apresentou preços entre R\$ 14,99 e R\$ 29,90.

Itens tradicionais da alimentação dos brasileiros também registraram

diferenças relevantes. O arroz parboilizado teve preços variando de R\$ 2,99 a R\$ 6,99, e o leite líquido integral foi encontrado entre R\$ 4,89 e R\$ 10,99.

A pesquisa apontou ainda variações elevadas em produtos como bolacha cream cracker, farinha de mandioca e flocão de milho, reforçando o impacto da pesquisa de preços no orçamento das famílias.

De acordo com a gerente de pesquisa do Procon Maceió, Luísa Goulart, comparar preços antes das compras pode representar uma

economia significativa para os consumidores, especialmente em produtos considerados essenciais no dia a dia.

O levantamento foi realizado em oito estabelecimentos da capital e tem como objetivo auxiliar os consumidores no planejamento financeiro e incentivar a comparação de preços antes das compras.

ECONOMIA

Indústria brasileira ainda explora pouco serviços agregados aos produtos, aponta CNI



A indústria brasileira ainda oferece poucos serviços associados à venda de produtos, como manutenção, instalação, personalização e pós-venda. É o que revela a Sondagem Especial nº 100: Serviços na Indústria, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o levantamento, 41% das empresas entrevistadas afirmaram não oferecer nenhum tipo de serviço aos clientes, enquanto 40% ofertam serviços, mas apenas 16% cobram por eles.

De acordo com o especialista em Políticas e

Indústria da CNI, Rafael Sales Rios, países desenvolvidos vêm passando por um processo conhecido como "servitização", no qual os serviços se tornam parte cada vez mais relevante dos produtos comercializados. Ele cita como exemplo o mercado de smartphones, em que boa parte da receita já vem de serviços associados aos aparelhos, e não apenas da venda do equipamento.

Segundo o estudo, o Brasil ainda vive uma fase intermediária desse processo. Alguns segmentos industriais já incorporam serviços de maior valor agregado, enquanto outros permanecem concentrados apenas na produção tradicional.

A pesquisa também mostra que os serviços especializados ajudam tanto na redução de custos quanto no aumento do valor agregado dos produtos industriais. A cada R\$ 100 faturados, as empresas

destinam R\$ 19 à contratação de serviços, sendo que um quarto desse valor corresponde a serviços industriais especializados.

Entre os serviços mais contratados pelas indústrias estão manutenção e reparo de máquinas, transporte e logística, consultorias administrativas e jurídicas, softwares especializados, computação em nuvem e inteligência artificial. O levantamento aponta ainda que serviços voltados à inovação e qualificação dos produtos, como marketing, pesquisa e desenvolvimento e soluções tecnológicas, ainda são menos utilizados pela maior parte das empresas.

Os setores de vestuário, celulose e papel, higiene pessoal, farmacêutico, equipamentos eletrônicos, máquinas e móveis aparecem entre os que mais investem em serviços especializados, tanto para reduzir custos quanto para agregar valor aos produtos.

SAÚDE

Câmara aprova projeto que exige notificação de diagnósticos de câncer para melhorar dados sobre a doença no Brasil e otimizar ações de saúde pública.



No dia 22 de maio de 2026, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados protagonizou um avanço significativo na área da saúde pública ao aprovar um projeto de lei que exige que laboratórios, clínicas e hospitais, tanto públicos quanto privados, notifiquem diagnósticos positivos de câncer em um sistema oficial administrado pelo Ministério da Saúde. A proposta, que foi apresentada por meio de um substitutivo elaborado pela deputada Sílvia Cristina (PP-RO), substituiu o Projeto de Lei 5452/25, inicialmente proposto pelo deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA).

Uma das principais modificações trazidas pelo texto aprovado é a inclusão de regras específicas para operadoras de planos de saúde. De acordo com a nova legislação, estas operadoras terão a responsabilidade de assegurar que suas redes credenciadas também cumpram a norma de notificação de casos confirmados de câncer ao governo. Essa medida visa reduzir a subnotificação e a fragmentação dos dados, que historicamente têm prejudicado o planejamento de ações voltadas para a prevenção e tratamento da doença em território nacional.

A relatora, Sílvia Cristina, destacou em seu discurso a importância da confiabilidade e da integração dos dados para a efetividade das políticas de saúde. Ela enfatizou que "a efetividade das ações de saúde depende diretamente da existência de dados confiáveis, tempestivos e integrados". O novo projeto também altera a Lei dos Planos de Saúde e a Lei dos 60 Dias, garantindo que o tratamento das informações esteja alinhado com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando a privacidade e segurança das informações dos pacientes.

Como próximo passo, a proposta será submetida a uma análise conclusiva pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para que se torne lei, o texto ainda precisará passar pela aprovação da Câmara dos Deputados e, posteriormente, do Senado. A expectativa é que essa nova legislação represente um marco importante na melhoria da coleta de dados sobre o câncer no Brasil, possibilitando um planejamento mais eficaz das políticas de saúde pública e, conseqüentemente, um melhor atendimento aos pacientes.

SAÚDE

Nova Lei Garante Acesso de Crianças e Adolescentes a Programas de Saúde Mental pelo SUS"



No dia 22 de maio de 2026, foi sancionada a Lei 15.413/26, um avanço significativo no cuidado à saúde mental de crianças e adolescentes, a qual assegura o acesso a programas do Sistema Único de Saúde (SUS) voltados a essa população. A nova norma visa promover uma abordagem integral da saúde mental, abrangendo desde a atenção psicossocial básica e especializada até serviços de urgência e emergência, além da atenção hospitalar.

Um dos pontos centrais da legislação é a formação adequada dos profissionais envolvidos, que deverão estar aptos a identificar sinais de risco entre os jovens atendidos. Essa qualificação é fundamental para garantir que as intervenções sejam realizadas de maneira eficaz e sensível às necessidades específicas dos adolescentes.

A lei, que promove alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, também assegura o acesso gratuito ou subsidiado a tratamentos terapêuticos destinados àquelas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Isso representa um esforço para reduzir as desigualdades no atendimento à saúde mental, reconhecendo que muitas famílias enfrentam desafios financeiros que dificultam o acesso a serviços adequados.

A proposta que originou essa importante legislação, o Projeto de Lei 4928/23, foi idealizada

pela senadora Damare Alves, da bancada do Republicanos no Distrito Federal. Após um trâmite positivo, a matéria passou pela aprovação na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2026, demonstrando um consenso sobre a necessidade de fortalecer o suporte a essa faixa etária tão vulnerável.

A promulgação da Lei 15.413/26 é um passo relevante no reconhecimento da saúde mental como um componente essencial do bem-estar infantil e adolescente. Ao garantir acesso a recursos e serviços de qualidade, o Brasil avança na construção de um sistema de saúde mais justo e inclusivo, fundamental para o desenvolvimento saudável das futuras gerações. O desafio agora será assegurar a implementação eficaz dessas diretrizes em todo o país, para que os benefícios da lei realmente se concretizem na vida das crianças e adolescentes que mais precisam.

BRASIL

CJF Libera R\$ 2,08 Bilhões em Pagamentos de RPVs a Aposentados e Pensionistas do INSS em Todo o Brasil

O Conselho da Justiça Federal (CJF) anunciou a liberação de mais de R\$ 2,08 bilhões para o pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) a 132.614 beneficiários, que incluem aposentados, pensionistas e segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em todo o Brasil. Essa quantia refere-se a decisões judiciais relacionadas a 96.653 ações, muitas das quais são de caráter coletivo, relacionadas à concessão e revisão de benefícios previdenciários e assistenciais. Esses processos tiveram suas conclusões registradas em abril deste ano.

Os aposentados e pensionistas representam uma significativa parcela do total de 208.928 pessoas que

obtiveram vitórias em 163.434 ações encerradas no mesmo mês, em disputas contra várias instâncias do governo federal. Em um cenário mais amplo, o CJF liberou, no total, mais de R\$ 2,5 bilhões para o pagamento de RPVs, que se destinam a indenizações de pessoas que ingressaram e venceram ações nos Juizados Especiais Federais (JEFs), cujos limites monetários são estabelecidos em até 60 salários mínimos, equivalentes a R\$ 97.260.

A gestão do pagamento implica na responsabilidade dos seis Tribunais Regionais Federais (TRFs) que operam no país, que são encarregados de realizar os depósitos nas contas dos beneficiários seguindo calendários

próprios. Para os beneficiários localizados nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, os créditos estarão disponíveis em contas abertas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), em instituições bancárias como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal.

Os segurados do INSS nesses estados podem consultar se têm valores a receber acessando o site do TRF2. Para isso, basta informar o CPF e preencher um único campo — seja o número da requisição, do processo ou um registro específico. É importante ressaltar que os herdeiros de beneficiários falecidos também têm direito a receber os valores atrasados, desde que apresentem documentos

que comprovem a relação de vínculo com o falecido.

A distribuição dos valores liberados pelo CJF abrange diversos TRFs e foi feita levando em conta as jurisdições correspondentes. Por exemplo, o TRF1, que atende várias regiões, recebeu um total de R\$ 729.366.704,14. Já o TRF2 teve a liberação de R\$ 222.872.596,18, enquanto os outros TRFs também receberam montantes significativos, totalizando recursos para atender não apenas a causas previdenciárias, mas também assistenciais.

Para os beneficiários, é fundamental acompanhar essas informações e garantir seus direitos em relação aos valores devidos.

MACEIÓ

Maceió Inaugura Centro de Operações Integradas com Mais de 400 Câmeras para Respostas Rápidas em Emergências e Monitoramento da Cidade em Tempo Real

Na última sexta-feira, a Prefeitura de Maceió realizou a cerimônia de inauguração do Centro de Operações Integradas (COI), uma estrutura inovadora que tem como objetivo centralizar o monitoramento da cidade e integrar diversas secretarias municipais em um sistema operacional unificado. O novo centro funcionará 24 horas por dia, com equipes em regime de plantão, permitindo uma resposta ágil a ocorrências urbanas, climáticas e estruturais, além de serviços públicos.

O prefeito Rodrigo Cunha se manifestou durante a inauguração, ressaltando a importância dessa nova

ferramenta para a modernização da gestão pública. "Estamos dando um passo significativo em direção a um novo patamar de monitoramento e inteligência urbana. O COI foi concebido para agir rapidamente, antecipar riscos e proporcionar maior eficiência nas respostas aos cidadãos", afirmou.

Equipado com mais de 400 câmeras de monitoramento estrategicamente espalhadas pela cidade e 12 totens inteligentes, o COI conta com um telão central e um sistema de comunicação em tempo real que conectará os diferentes órgãos envolvidos nas operações. Inicialmente, o centro integra as secretarias de Defesa Civil, Transportes e Trânsito, Segurança Cidadã, Infraestrutura, Comunicação, além da Autarquia de Limpeza Urbana e a Secretaria Executiva Institucional.

Um dos principais objetivos dessa centralização é permitir a agilidade na tomada de decisões, garantindo que as equipes responsáveis possam ser acionadas prontamente em situações de emergência. Dentre

as prioridades do COI estão o monitoramento durante o período chuvoso e a coordenação de operações durante eventos de grande porte, como o São João Massayó, com foco em prevenção de riscos.

Além do já impressionante conjunto de funcionalidades, a Prefeitura pretende expandir as operações do COI, incluindo a integração de novos órgãos, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e a Guarda Municipal. Também está nos planos a implementação de tecnologias de inteligência artificial, que permitirão a geração de alertas automáticos, painéis de dados em tempo real e monitoramento de escolas e unidades de saúde.

Este empreendimento representa um avanço significativo para a cidade de Maceió, que agora conta com uma infraestrutura moderna e eficiente para atender às necessidades dos cidadãos em tempo real. A expectativa é que, com a operação do COI, a segurança e a qualidade de vida na capital alagoana sejam substancialmente melhoradas.

TURISMO

Novo portal turístico de Alagoas reacende debate sobre valorização imobiliária no estado

O lançamento do novo portal turístico de Alagoas, apresentado pelo Governo do Estado durante o Salão do Turismo, em Fortaleza, reacendeu uma discussão que vai além do setor de viagens: o impacto da promoção turística sobre a valorização imobiliária. Com a criação da plataforma "Destino Alagoas", que reúne informações de 45 municípios turísticos em um ambiente digital multilíngue, cresce a expectativa sobre o fortalecimento do fluxo de visitantes e os reflexos no mercado de imóveis em regiões estratégicas do estado.

A nova ferramenta, criada para ampliar a visibilidade de Alagoas no mercado nacional e internacional, surge em um momento de expansão do setor imobiliário, especialmente em áreas com forte vocação turística. Em bairros valorizados de Maceió e no litoral alagoano, cresce o interesse por imóveis

compactos, studios e empreendimentos voltados à locação por temporada, impulsionados pela procura de turistas e investidores.

Nesse cenário, a compra de imóveis ainda na planta volta ao radar de quem busca valorização patrimonial. A modalidade, historicamente associada a preços mais competitivos no lançamento, pode representar ganho financeiro até mesmo antes da entrega das chaves, especialmente quando o empreendimento está localizado em regiões em crescimento.

Segundo a consultora imobiliária Erika Silva, da RE/MAX Dominax, investimentos públicos e privados voltados ao turismo costumam funcionar como vetores de valorização imobiliária, desde que acompanhados por melhorias estruturais e aumento consistente da demanda.

"Quando um destino amplia sua capacidade de atração turística, há uma

tendência de aumento na circulação econômica, na ocupação da rede hoteleira e na procura por hospedagens alternativas. Isso pode refletir diretamente no mercado imobiliário, sobretudo em regiões com oferta limitada de terrenos e perfil voltado para segunda moradia ou locação por temporada. Mas a valorização não acontece apenas pela promoção do destino. Ela depende de infraestrutura, acessibilidade, segurança jurídica do empreendimento e absorção real da demanda", explica.

A especialista destaca que a compra no lançamento tende a oferecer vantagens financeiras pela lógica de formação de preço do mercado imobiliário.

"Empreendimentos lançados costumam ter valores de metro quadrado inferiores aos praticados após o avanço das obras. Isso ocorre porque existe uma precificação progressiva ao longo das

etapas de execução e comercialização. Em regiões com expansão consolidada, é comum observar valorização patrimonial até a entrega das chaves, mas esse desempenho depende do produto, da localização e da dinâmica econômica daquela área específica", afirma Erika.

Para investidores interessados em imóveis voltados ao turismo, a orientação é analisar indicadores objetivos antes da compra.

"A decisão não deve ser baseada apenas em expectativa de valorização. É importante avaliar liquidez, potencial de ocupação, ticket médio de hospedagem da região, sazonalidade do destino e perfil do público consumidor. Um imóvel pode estar bem localizado, mas não necessariamente performar bem como ativo de renda", pontua.

OPORTUNIDADE

ALAGOAS – Corpo de Bombeiros de Alagoas Anuncia 344 Vagas com Salários de até R\$ 11,5 mil

O Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas lançou um novo edital para concurso público nesta sexta-feira, dia 22 de maio de 2026, criando grande expectativa entre os concurreis. O certame está ofertando 344 vagas, que incluem oportunidades imediatas e cadastro de reserva para os cargos de Oficial de Estado-Maior, Praça Bombeiro Militar Combatente e Praça Bombeiro Militar de Motomecanização. Este é apenas um dos dez concursos já divulgados pelo Governo de Alagoas em 2026, totalizando

1.766 vagas em várias áreas da administração pública. Esses concursos abrangem setores de segurança, educação, infraestrutura e gestão.

A responsabilidade pela organização do concurso é compartilhada entre a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), o Corpo de Bombeiros e o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe). O edital encontra-se disponível tanto no Diário Oficial do Estado

quanto no portal do Cebraspe. Além disso, 20% das vagas são reservadas para candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas.

O governador Paulo Dantas destacou em suas redes sociais que este edital integra o maior ciclo de concursos da história de Alagoas. Ele incentivou os alagoanos a se prepararem, mostrando confiança de que muitos conquistarão uma vaga. As etapas do concurso incluem provas objetivas e discursivas em Maceió e Arapiraca, além de testes

de aptidão física e outros procedimentos em Maceió.

Os candidatos aos Cursos de Formação de Oficiais e Praças precisam ter ensino médio completo, além de Carteira Nacional de Habilitação em categorias específicas. A remuneração dos aprovados varia de R\$ 2.354,67 para alunos soldados a R\$ 11.563,77 para aspirantes. As inscrições são exclusivamente online, e a taxa é de R\$ 150, com possibilidades de isenção para candidatos em situações específicas.

ALAGOAS

Corpo de Bombeiros de Alagoas Expande Cobrança da Taxa de 2026 para Novos Municípios

O Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL) anunciou a programação de pagamento da Taxa de Bombeiros 2026, ampliando sua arrecadação para novos municípios. Os boletos da Taxa de Prevenção e Combate a Incêndio serão emitidos com vencimentos entre os dias 29 de maio e 30 de junho, conforme a localização e o estágio de implementação do sistema.

Este ano, municípios como Santana do Ipanema, Jacuim, Coqueiros, Porto da

Pedras e Penedo foram incluídos na cobrança, enquanto São Luiz do Quitunde se prepara para entrar na nova fase de arrecadação ainda este ano. Instituída pela Lei Estadual nº 6.442/2003, a taxa visa fortalecer as atividades de prevenção, combate a incêndios e ações de salvamento. Seu fundamento legal foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal, garantindo a continuidade do processo em Alagoas.

Atualmente, além dos municípios recém-incorporados, a cobrança também abrange Maceió, Marechal Deodoro, Maragogi e Arapiraca. O processo de expansão adota uma abordagem gradual, dependendo da integração entre autoridades municipais e estaduais e das adequações técnicas

Os contribuintes podem quitar a taxa de forma online, acessando o portal oficial para emissão dos boletos. O cálculo do valor da taxa considera a área construída e o risco associado à edificação.

Para o CBMAL, a arrecadação já financiou investimentos significativos. Em 2025, por exemplo, foram alocados R\$ 1.520.000,00 na compra de um moderno Auto Bomba Salvamento. Além disso, recursos foram investidos em equipamentos essenciais e melhorias de infraestrutura nos quartéis. Esses esforços reforçam o compromisso da corporação com a transparência e a eficiência no uso dos recursos, garantindo um serviço vital à segurança pública no estado de Alagoas.



**“CAPACETE?
É AQUI PERTINHO”**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

